
Clasificación y indización de la información en Registros y Archivos de Gestión de las universidades

Classification and information indexing in University Registries and Current Records

Raquel Luise Pret (1), Rosa Inês de Novais Cordeiro (2)

(1) Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Rua Lara Vilela, 126, São Domingos, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, pretraquel@vm.uff.br

(2) rosacordeiro@vm.uff.br

Resumen

Investigación sobre la clasificación e indización de documentos en los registros y archivos de gestión de las universidades, teniendo en cuenta las especificidades de las actividades en estas instituciones. El proceso de clasificación y descripción de la representación documental se analiza en base a los usos de los documentos que se realizan por las personas que producen y requieren a estos. Parece que los usos de los documentos son múltiples y ubicuos, no limitados a la discusión sobre archivos de gestión y permanentes. Sin embargo, también se identifican tres tipos de usos de los documentos recurrentes en los archivos: presunción de prueba, acciones mediadoras e el informativo. El estudio trata de distanciarse de las teorías llamadas representacionistas de la información y se basa en secciones de Wittgenstein sobre la idea del lenguaje a partir de las experiencias y las prácticas cotidianas. Este artículo es el resultado de un estudio teórico, cuyo campo empírico son los registros y archivos de gestión de la Universidade Federal Fluminense, en Brasil.

Palabras clave: Clasificación. Indización. Registros. Archivos de gestión. Archivos universitários. Usos de los documentos.

1. Introdução

Os arquivos são instituições historicamente marcadas pelas relações jurídico-administrativas que seus documentos possuem. Neste sentido, eles diferenciam-se de outras unidades de informação, pois, para além dos valores informativos, seus documentos servem também para viabilizar ações administrativas, muitas vezes reguladas e legitimadas pelo ordenamento jurídico em que a instituição produtora faz parte.

Diversas funções e atividades são realizadas pela mediação destes dispositivos. Portanto, os documentos de arquivo não são apenas artefa-

Abstract

Research on the classification and indexing of records in the registries and current records of universities, considering the specificities of the activities in these institutions. The process of classification and description for the documentary representation analysis is based on the uses of records made by people who produce and require these records. It appears that the uses of the records are multiple and ubiquitous, not limited to the boundaries of current and permanent archives. However, three types of recurrent form of covered uses in the archival field are also identified: proof presumption, mediator actions and informative. The study seeks to distance itself from the so called representationalist of information theories and is based on Wittgenstein's lectures on the thought of language from experiences and daily practice. This article is the result of a theoretical study, whose empirical field are registries and current records of the Universidade Federal Fluminense, in Brazil.

Keywords: Classification. Indexing. Registry records. Current records. University archives. Record uses.

tos produzidos por suas instituições de origem para atestar uma ação, mas eles são produzidos porque há imposições, coerções, consensos, múltiplas relações que exigem a sua produção. Pensar em documentos de arquivo é pensar no sistema jurídico legal da sociedade em que tais arquivos estão inseridos. Os documentos de arquivo são dispositivos produzidos, regulados, distribuídos e escalonados por convenções socialmente instituídas.

Esta condição, dependente dos atos jurídicos, administrativos, comerciais, familiares que os homens vão desenvolvendo através dos anos, dos séculos, faz com que os documentos apresentem outra característica muito particular, a de constituir séries de unidades relacionadas entre si por algum ele-

mento, que as convertem em conjuntos orgânicos facilmente identificáveis e, por tanto, formando unidades complexas de milhares de documentos simples (Cortés Alonso, 2008, p. 409).

O documento surgiu em nossa sociedade *ocidental* como "instrumento de normalização do discurso da verdade, um meio da validação da verdade que possuía características que permitiam tal validação" (Pret, 2013, p. 53). O sistema jurídico, como sistema de regulação, desenvolveu-se criando diversas normatizações e ordenamentos, na tentativa de controlar as relações sociais, e o documento foi uma delas. Percebemos assim que o documento de arquivo somente é possível de ser produzido e de tramitar inserido no ordenamento jurídico do qual faz parte, enfatizando-se a afirmativa de Bellotto (2006) de que uma das principais características do documento de arquivo é de ser este presunção de prova.

Heredia Herrera (1991, p. 30), em consonância com Bellotto, afirma que o documento de arquivo está marcado por duas coordenadas naturais: o produtor que o gera em virtude das funções que tem atribuídas ou reconhecidas e a função/atividade que o determina.

Esta apropriação é necessária, pois para pensarmos a classificação e a indexação dos documentos de arquivo, alvo deste trabalho, é fundamental analisarmos os usos que os sujeitos que os produzem e os manipulam fazem deles. Assim, identificamos preliminarmente alguns usos do documento historicamente instituídos nos arquivos: o de presunção de prova, o mediador de ações e o informativo. Alguns autores que se transformaram em referências da literatura arquivística dedicaram tempo e esforços para tratá-los, tais como: Schellenberg (2006); Cruz Mundet (1994); Cortés Alonso (2011); Duranti (1997); Rosseau e Couture (1998), além de Bellotto (2004), todos eles, de diferentes formas, analisaram a questão do uso dos documentos, uns com mais ênfase no uso do documento para viabilizar ações, atividades e funções da instituição produtora; outros como registro de ação, presunção de prova, além dos estudos do uso do documento como testemunho, como referência informativa para a tomada de decisão, mas todos os autores citados identificaram tais usos dos documentos de arquivo. Usos provenientes da configuração assumida pelos arquivos ao longo do tempo e das práticas dos sujeitos que produzem e manuseiam tais documentos. Não buscamos a universalidade dos usos dos documentos de arquivo, pois eles podem ser múltiplos, e qualquer tentativa neste sentido já nasceria fracassada, no entanto, a multiplicidade de obras que

trataram de tais usos e em diferentes "universos arquivísticos", instiga-nos a reflexão sobre eles na análise sobre classificação e indexação nos arquivos universitários.

Ao trabalhar com a análise dos usos informacionais dos documentos de arquivo, nossa pesquisa procura distanciar-se das teorias representacionistas. Fogl (1979), por exemplo, em sua concepção sobre informação, apresenta os conceitos como representações diretas do real que determinam um domínio e que se encontram encapsulados nas palavras. A informação pode de ser representada de forma genérica porque há uma linguagem da mente que os indivíduos compartilham. Percebemos que esta forma de tratar a informação é influenciada pelo representacionismo aristotélico, uma vez que seus esforços em descrever conteúdos informacionais, mapear leis e propriedades de objetos informativos, partem do princípio que há um sistema de significados universal baseado na essência das coisas e no repertório cognitivo semelhante dos seres humanos.

Essa teoria representacionista sobre a informação, realizada por diversos autores como Shera e Egan (1961), Soergel (1999), Vickery (1973), entre outros, trata os enunciados informativos como aspectos objetivos do significado, produtos do conhecimento enquanto entidade mental. A informação é identificada como um aspecto material do processo de cognição, ou seja, expressão definitiva do conhecimento. Identificamos a influência da tradição aristotélica neste pensamento, uma vez que parte do pressuposto que os sistemas de representação *traduzem* para a realidade as construções, as configurações e as deduções da mente humana.

Uma definição é uma frase que significa a essência de uma coisa. Apresenta-se ou sob a forma de uma frase em lugar de um termo, ou de uma frase em lugar de outra frase; pois às vezes também é possível definir o significado de uma frase. Aqueles cuja explicação consiste apenas num termo, por mais que façam, não conseguem dar definição da coisa em apreço, porque uma definição é sempre um certo tipo de frase (Aristóteles, *Metafísica*, 983a).

Dessa forma, o conhecimento se daria a partir de regras lógicas, de padrões preestabelecidos combinados entre si a partir de cada situação apresentada pela realidade. Nesta concepção instrumentalista, as palavras possuem funções, elas designam as coisas do mundo. Portanto, caberia ao profissional da informação compreender, organizar e descrever tais combinações.

A crítica de Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, feita ao representacionismo aristotélico na linguagem nos é útil para tratarmos a infor-

mação, uma vez que a base da informação é a linguagem. De acordo com o filósofo, o problema de associarmos cada palavra a um conceito é o engano que tal crença nos leva: a ilusão que os significados são entidades autônomas e correspondências diretas do real. Essa ânsia por generalidades cria o mito que a essência das coisas estão nos conceitos, sublimando assim a linguagem do pulsar da vida, apagando os contextos de uso das palavras. De forma semelhante, os estudos representacionistas da informação baseiam suas operações em sistemas de regras definidos pelos sentidos apreendidos dos textos registrados nos documentos.

Wittgenstein propõe então uma subversão da concepção da linguagem: em vez de voltarmos para o apagamento forçado dos contextos de uso das palavras em prol de conceitos universalizantes, mas precários, pensemos na linguagem a partir das experiências e da práxis cotidianas. Dessa forma, os significados vão forjando-se na dinâmica da vida. As atividades humanas são inúmeras e a linguagem atravessa todas elas, são relações mutuamente constitutivas. "[...] Seguir uma regra é uma práxis. E acreditar seguir uma regra não é seguir uma regra. E daí não podemos seguir uma regra privadamente, porque senão acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra." (Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, p. 93, 1999).

Destarte, para abordarmos as classificações dos documentos de arquivo, precisamos admitir que estas sempre são arbitrariedades, "*igualações do que não é igual*", como afirma Nietzsche (*Sobre verdade e mentira no sentido extra moral*, § 2), enquadramentos impositivos. Assim, assumimos, da mesma maneira que Walter Benjamin (1987) o fez, que "*toda ordem é precisamente uma situação oscilante à beira de um precipício*". Essa instabilidade se dá por nenhuma forma de organização conseguir captar a dinâmica da vida, das relações sociais, da realidade das coisas, as complexidades dos sujeitos. Ressalvados por essas características dos sistemas classificatórios é que propomos pensar a classificação nos protocolos e arquivos correntes universitários a partir dos usos que a entidade produtora faz de seus documentos, em seu micro-universo, em suas práticas cotidianas.

2. A classificação e os vínculos arquivísticos

Refletindo sobre os documentos de arquivo corrente, eles e as ações da entidade produtora são mutuamente constitutivos. Os documentos são gerados pelas ações, como registros, e

viabilizam sua execução. Não há documento sem ação e há certas ações, de acordo com o ordenamento jurídico e administrativo em que a entidade produtora faça parte, que somente podem ser desenvolvidas por meio dos documentos.

O contexto de produção do documento justifica-se por essa relação orgânica entre o documento de arquivo e a ação que o originou, um não existe sem o outro. Na maioria das vezes, a ação está inserida em uma atividade mais ampla, havendo inúmeros processos para o seu desenvolvimento. Os documentos, assim como as atividades e as funções fazem parte da vida da instituição produtora, estão na vida cotidiana de seus produtores. Por estes usos dos documentos de arquivo, por esta relação mutuamente constitutiva entre o documento e as ações é que a classificação funcional se justifica.

De acordo com Foscarini (2009), a prática da classificação de documentos vem da necessidade de tornar explícito o vínculo arquivístico entre os documentos. Este vínculo existe entre todos aqueles registros que participam da mesma atividade, desde o momento da criação destes. Através do ato de classificação, a rede de relações inerentes à natureza de qualquer documento não só é trazida à luz, mas também é estabelecida e perpetuada. Deste modo, o significado de cada documento em relação a todos os outros, bem como a estrutura do conjunto de documento (isto é, o fundo arquivístico) pode ser compreendida e transmitida ao longo do tempo (Foscarini, 2009, p. 2).

A autora mencionada defende ainda um cuidadoso estudo sobre as atividades e as funções da entidade produtora dos documentos para a construção do sistema de classificação no arquivo. Entendemos que esta defesa trata-se de uma reflexão acerca dos usos que a entidade produtora tem de seus documentos, uma vez que eles estão o tempo inteiro viabilizando suas ações, atividades e funções.

Para melhor compreendermos as diferenças entre *ação*, *função* e *atividade*, utilizamos a definição clássica de Schellenberg:

Os documentos de arquivo são produto de uma ação. Uma ação pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos (transactions). O termo função é usado com referência a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado. Geralmente, essas funções são definidas nas leis ou regulamentos que criam o órgão. [...] Cada função pode ser subdividida em diversas atividades, consideradas como uma série de ações, levadas a efeito de uma função específica (Schellenberg, 2006, p. 84)

Portanto, entendemos como função o conjunto de atividades destinadas a um propósito, uma abstração e, como tal, precisa de uma estrutura feita por regras convencionadas e recursos para se materializar. Concordamos com Sabourin (2001), que define função como qualquer finalidade de alto nível, responsabilidade, tarefa ou atividade que, dentro da hierarquia da instituição produtora, definida na agenda de sua instituição com regulações legais, políticas ou mandatárias. As funções de uma instituição são o próprio motivo de sua existência, uma vez que podem ser compreendidas como um conjunto ou série de atividades, ou como define Foscarini, *processos de trabalho*, que, quando realizados de acordo com uma sequência prescrita, irão resultar em uma produção institucional ou individual de resultados esperados, isto é, a execução de serviços delegados.

A classificação nos arquivos serve, sobretudo, para a instituição produtora compreender seu universo documental e as ações, atividades e funções amalgamadas por eles. O compromisso da classificação dos documentos de arquivo não é com o conteúdo destes, em sua unidade, é com os vínculos arquivísticos, ou seja, com seu registro e fixação em um plano de classificação. Classificar, nesta lógica, é um exercício de compreensão da entidade produtora de si mesma, de seu cotidiano, de suas práticas que justificam o seu *ser* e o seu *estar* no mundo. Desse modo, a classificação funcional para os documentos de arquivo justifica-se por estar baseada nos seus usos pela entidade produtora. A compreensão das funções, das atividades, das ações e dos documentos, ou seja, da *práxis* da entidade produtora que motiva a operação da classificação funcional.

O que distingue um arquivo (no sentido de uma pluralidade de documentos) como um todo orgânico, ou *universitas rerum*, ou seja, uma entidade estruturada, são as circunstâncias contingentes da sua criação, a partir da formação de um mero conjunto ou soma de itens únicos, unidos artificialmente para a realização de quaisquer fins. Este link incremental é original e necessário (conhecido como "vínculo arquivístico"), ele existe entre todos os documentos que pertencem juntos ao mesmo processo, porque eles são originados durante, e em virtude da mesma atividade ou processo de negócios (Foscarini, 2009, p.2, *tradução nossa*)

A classificação evidencia a rede de relações mediadas por qualquer documento e a perpetua. Ao classificar, a instituição produtora não aproxima documentos semelhantes e separa os diferentes, como a interpretação representacionista sugere, a classificação depende do contexto de produção e uso dos

documentos porque é baseada neles. Os esquemas classificatórios baseados em assuntos atribuídos às unidades documentais quebram com os vínculos entre as ações e os documentos a ponto de não serem mais perceptíveis, causando o apagamento dos contextos, tornando incompreensível, muitas vezes, o porquê da existência dos próprios documentos.

A Arquivística para atender às demandas de uso informacional dos documentos de arquivo, ou seja, os documentos usados como referências, desenvolveu ao longo dos séculos a descrição como operação arquivística capaz de possibilitar o acesso ao conteúdo informacional presente nos documentos de arquivo.

De acordo com Oliveira (2010), a descrição arquivística é um processo intelectual de representação dos documentos de arquivo que tem como finalidade o controle e o acesso aos mesmos.

A descrição exige um pleno conhecimento do contexto de produção dos documentos, dos vínculos arquivísticos, do contexto histórico no qual o arquivo foi produzido que extrapola a mera utilização dos instrumentos de pesquisa (Oliveira, 2010, p. 45)

A descrição trata de uma complexidade maior, de um todo, no que se refere a recuperação da informação no documento de arquivo. Oliveira (2010, p. 46) afirma que a descrição é uma representação formulada pelo arquivista e a sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é a reconstrução do contexto arquivístico. Podemos destacar algumas atividades arquivísticas inseridas no processo de descrição como a elaboração de mecanismos de acesso; a explicitação dos relacionamentos entre os documentos de arquivo e as funções e atividades que lhes deram origem; e, também, o controle do acervo.

Todavia, a operação arquivística da descrição, de acordo com os pressupostos apresentados, a formulação histórica de seu conceito e sua padronização indicada pelas normas - a *Manual for Archival Description*, elaborado pela Universidade de Liverpool, sob a direção de Michael Cook; *Rules for Archival Description*, produzidas pelo Bureau of Canadian Archivists e pelo Conselho Canadense de Arquivos; a *International Standard for Archival Description*, desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos; e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* - apontam para representações de um tipo de informação característico dos arquivos perma-

nentes. A preocupação com o contexto do documento de arquivo, característica da descrição como operação de representação da informação, atende a um dos dois níveis de informação presentes nos arquivos, relatados por Rosseau e Couture (1998, p. 251), a informação do conjunto documental que revela as ações, atividades e funções das atividades produtoras. De acordo com os autores canadenses, há outro nível de informação presente nos arquivos, que é a informação contida no documento em si, isoladamente, relacionada mais ao conteúdo do que ao contexto.

Bellotto (2006, p. 33) ao abordar a descrição afirma que é uma atividade característica dos arquivos permanentes, sendo a "chave de utilização dos arquivos como que fontes primárias da história". Nesta ótica, os usos informativos dos documentos nos arquivos permanentes podem ser considerados distintos dos usos informativos dos documentos junto a entidade produtora, ainda nos setores de trabalho, ou seja, nos protocolos e arquivos correntes. Não negamos o *continuum* do documento de arquivo, sendo este o mesmo em todas as idades (corrente, intermediária e permanente) e em todo orgânico. No entanto, seus usos apresentam particularidades que precisam ser analisadas.

Nos arquivos correntes, os usos informativos estão relacionados às próprias atividades da entidade produtora, podem ajudar na tomada de decisão, permitir o controle fiscal, aprimorar funções, ter ciência das decisões tomadas, identificar em que momento estão os processos de trabalho, entre outros usos. Já os documentos dos arquivos permanentes podem ter diferentes usos uma vez que o seu público é ampliado. O acesso aos documentos dos arquivos correntes está restrito a sua entidade produtora. Já os documentos nos arquivos permanentes têm o seu acesso franqueado a qualquer interessado.

Diversos autores do campo da arquivística como Cruz Mundet (1994), Mendo Carmona (1995), Heredia Herrera (1991), Schellenberg (2006), Rosseau e Couture (1998), Bellotto (2006) estabeleceram diferenças acerca dos valores de uso dos documentos de arquivo junto à entidade produtora e dos documentos junto aos arquivos históricos. Há consenso entre os autores de que os documentos nas unidades de trabalho possuem valor primário, isto é, estão relacionados às utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores (Rosseau e Couture, 1998, p. 117), seu valor está vinculado às razões para as quais os documentos foram criados (Schellenberg, 2006). Já os

documentos dos arquivos históricos possuem valor secundário, ou seja, eles não estão vinculados diretamente às intenções e razões que motivaram sua criação. As dinâmicas de uso para viabilizar as atividades e funções cessaram. Nesta perspectiva, podemos pensar os documentos como objetos *semióforos*, utilizando uma categoria de análise de Pomian(1). Os documentos são desligados dos seus valores imediatos para ocuparem funções sociais mais próximas aos usos referenciais, culturais, históricos, testemunhais.

O valor primário define-se como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores, por outras palavras, nas razões para as quais o documento foi criado. A noção de valor primário está diretamente ligada à razão de ser de documentos e recobre exatamente a utilização dos documentos para fins administrativos. [...] O valor secundário define-se como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas. Esta qualidade radica essencialmente no testemunho privilegiado e objetivo que o documento fornece (Schellenberg, 2006, p. 117)

Reconhecemos os esforços da área em estabelecer as necessárias distinções entre os usos dos documentos nos arquivos correntes e permanentes, no entanto, ressaltamos que nossa proposta não é limitá-los, nem estabelecer barreiras e demarcações. Os usos dos documentos podem ser múltiplos e ubíquos. No entanto, reconhecemos que as demandas informacionais nos arquivos correntes são diferentes daquelas dos arquivos permanentes pelos documentos apresentarem dinâmicas diferentes. Os documentos nos arquivos históricos, não fazem parte da dinâmica dos processos de trabalho, não estão presentes nas relações entre os sujeitos e unidades que compõem a entidade produtora, não justificam sua presença pela necessidade de viabilizar atividades e funções da entidade produtora.

O foco de nossa análise encontra-se nos usos informacionais dos documentos de arquivos correntes e protocolos. Entendemos que os usos informacionais são afetados pela dinâmica dos processos de trabalho das unidades que compõem a entidade produtora. Diante desta perspectiva, consideramos necessário pensar formas de recuperação da informação que não estejam limitadas ao processo de classificação, tampouco à descrição pelos motivos já mencionados.

3. Protocolos, arquivos correntes e os processos de trabalho nas universidades

Os protocolos, unidades de registro, procuram registrar não somente a entrada e/ou produção de um documento, mas o trâmite dos processos de trabalho a fim de facilitar a própria organização dos documentos (Foscarini, 2009, p. 24). Os protocolos agrupam em um mesmo processo todos os documentos relacionados a mesma atividade. O registro dos trâmites pelo protocolo também facilita a percepção do contexto de produção e de uso dos documentos dentro da entidade produtora.

Cada ação realizada no processo deve ser registrada pelos sistemas de protocolo. De acordo com Foscarini (2009, p. 26), os protocolos são unidades essenciais em um sistema de arquivo confiável, seu uso é obrigatório a todos os órgãos públicos. O registro de um documento no protocolo significa certificar o exato momento em que ele foi produzido ou recebido, identificando-o de modo único, inserindo-o na classificação e realizando sua indexação de forma precisa, colocando a unidade documental dentro de seu contexto processual e arquivístico. Por essas características cada unidade de trabalho deve possuir seu próprio protocolo, pois a produção e recebimento dos documentos se dão no desenvolvimento dos processos de trabalho, e os protocolos devem ser integrados pelo sistema de arquivo da entidade.

No Brasil, em especial na Administração Pública, os arquivos correntes atuam em conjunto com os protocolos nas unidades de trabalho, geralmente ocupando o mesmo espaço físico inclusive. Na Universidade Federal Fluminense, por exemplo, na qual os protocolos e arquivos correntes são o campo desta pesquisa, os processos após tramitarem ou enquanto aguardam a próxima ação prevista são arquivados nos arquivos correntes localizados nos próprios protocolos setoriais. As características que distinguem protocolos de arquivos correntes, portanto, não são tão claramente delimitadas. Aquelas que podemos ressaltar é que os protocolos funcionam para registrar, controlar o fluxo documental, informar sobre o trâmite dos documentos em um sistema de arquivo; já os arquivos correntes ordenam e armazenam os documentos que estão em plena vigência, isto é, fazem parte da dinâmica dos processos de trabalho. Ainda sobre as diferenças entre protocolos e arquivos correntes, Schellenberg ressaltou:

A única diferença aparente é que os serviços alemães usam o registro ou o protocolo para controlar

a entrada e o movimento de documentos, mas ainda aqui a diferença pode ser considerada mais aparente do que real, pois os serviços de arquivos correntes americanos podem se valer dos arquivos de prosseguimento ou fichas-lembretes ou de qualquer outro dispositivo semelhante, para conseguir o mesmo controle (Schellenberg, 2006, p. 113)

Outra característica que distingue protocolos de arquivos correntes é a própria existência das unidades. Enquanto, o surgimento do protocolo está relacionado às necessidades de controle da produção e do trâmite dos documentos, método surgido entre os séculos XVII e XVIII, o surgimento dos arquivos correntes está ligado à teoria das três idades e à gestão de documentos, fundamentos arquivísticos mais contemporâneos.

Segundo Rosseau e Couture (1998), o crescimento exponencial dos documentos a partir dos anos de 1940, devido o aumento da complexidade das administrações e da realização de suas atividades através de documentos, fez com que os arquivos voltassem seus esforços para elaborar maneiras de melhor organizar sua documentação. Como demonstraram Rosseau e Couture (1998), Mendo Carmona (1995), Heredia Herrera (1991), Schellenberg (2006) e outros autores da Arquivística, razões de espaço e de ordem econômica levaram aos arquivos a elaborar operações que evitassem o acúmulo de documentos durante demasiado tempo nos locais de administração de origem. No entanto, o descarte ou a transferência precisavam passar por rigorosos controles para evitar a migração precoce de documentos importantes ainda no desenvolvimento das atividades, evitando também a eliminação de documentos de valor permanente, que gerassem efeitos jurídicos, legais, fiscais ou administrativos ainda. Assim, surgiu a *teoria das três idades* para melhor organizar os documentos, dividindo-os em três períodos: denominam de *arquivos correntes*, *documentos ativos*, *arquivos de gestão*, *current archives*, *current records*, os documentos que têm alta taxa de utilização. Por outro lado, empregam-se as expressões *arquivos intermediários*, *archivos intermedios*, *documentos semi-ativos*, *semi-current records*, *semi-active records*, para documentos que por razões legais, financeiras ou administrativas precisam ser preservados, mas que são utilizados com menos frequência que os documentos nas unidades de trabalho. Enfim, utiliza-se expressões como *arquivo definitivo*, *arquivo de custódia*, *arquivo permanente*, *documentos inativos*, para designar os documentos que deixam de ter valor previsível no plano administrativo ou financeiro, mas que possuem valores históricos, de teste-

munho, de referência e geram direitos ou obrigações legais de modo permanente. A teoria das três idades surgiu para facilitar a organização dos documentos, no entanto, como ressalta Cortés Alonso (2011), essa divisão serve para facilitar a manipulação e compreensão da massa documental, não deve se perder de vista a integralidade dos documentos. Outra importante teoria arquivística está associada às três idades, a *gestão de documentos*.

De acordo com Llansó Sanjuan (2006, p. 42), para entendermos o conceito de gestão de documentos é necessário compreendermos primeiramente o ciclo de vida dos documentos, originalmente chamada teoria das três idades. O objetivo de sua formulação é garantir a presença do arquivista e dos métodos que aplica em cada fase de organização dos documentos, garantindo desse modo que eles recebam o tratamento adequado enquanto existirem.

Os estudos acerca da gestão de documentos, desde o aparecimento do conceito após a II Guerra Mundial, influenciados pela teoria da Administração Científica baseada nos pressupostos tayloristas, dedicaram seus esforços na organização e classificação dos documentos de arquivo, sobretudo nos arquivos correntes e intermediários, visando a eficiência e a eficácia na execução das atividades da entidade produtora.

Para Cruz Mundet (1994, p. 143), a gestão de documentos é o conjunto de tarefas e procedimentos orientados a conseguir uma maior eficácia e economia na utilização dos documentos por parte das administrações. Este processo se estende ao ciclo de vida completo dos documentos, desde sua produção até a sua eliminação final ou seu envio ao arquivo para sua conservação permanente. O objeto está dirigido a assegurar a preservação de uma documentação adequada, evitar o não essencial, simplificar os sistemas de criação e uso da papelada, melhorar a forma em como se organizam e recuperam os documentos, proporcionar o cuidado adequado e o armazenamento a baixo custo dos documentos nos arquivos intermediários e assegurar a eliminação adequada dos documentos.

Llansó Sanjuan (2006, p. 46) defende que um bom programa de gestão de documentos deve incluir: a) plano de classificação, b) programa de conservação ou tabela de temporalidade, c) gestão dos arquivos intermediários e dos documentos semi-ativos, d) transferência e seleção de documentos inativos destinados a ser conservados, e) eliminação de documentos inativos sem valor histórico.

A literatura arquivística tem se preocupado com a organização dos arquivos para viabilizar as atividades e funções das unidades de trabalho a partir da gestão de documentos; outra preocupação tem sido com a avaliação dos documentos para evitar o extravio daqueles importantes às atividades da entidade produtora e diminuir os custos com armazenamentos desnecessários. No entanto, os esforços para se pensar em métodos e operações nos arquivos correntes que facilitem a recuperação da informação nas unidades documentais ainda não atingiram a mesma proporção no campo arquivístico do que as operações anteriormente mencionadas.

Abordando as universidades como entidades produtoras, precisamos considerar suas especificidades em relação às suas dinâmicas organizacionais, estruturas hierárquicas, práticas decisórias que diferem de outros tipos de organização. Os processos de trabalho são mais autônomos, respondendo muitas vezes apenas ao seu departamento, instituto ou faculdade. Os trâmites da documentação nem sempre seguem os caminhos usuais pela própria cultura de liberdade de ação e independência na tomada de decisão que a universidade possui. Assim, docentes, administradores, coordenadores, colegiados, reitores, entre outros funcionários da instituição não necessariamente seguem os padrões e ordenamentos para a produção e registro de seus documentos, previstos pela gestão de documentos da universidade. Cohen e March (1986) nomeiam as universidades por essas características como *anarquias organizadas*.

No entanto, se as atividades dos departamentos, colegiados e institutos não estão sendo registradas pelos protocolos e muitas decisões não estão sendo incorporadas aos sistemas de informação, percebe-se que o problema está na própria elaboração e execução dos programas de gestão de documentos e das unidades de informação que não estão baseadas nas práticas administrativas e nos processos de trabalho, mas em representações abstratas que não atendem as especificidades da entidade produtora, no caso, a universidade.

Yakel e Bost (1994) apontam que a maioria das abordagens sobre arquivos universitários está voltada para a investigação do comportamento e das necessidades dos usuários nos arquivos permanentes, no entanto, os administradores, em muitos casos, são a primeira população usuária dos arquivos.

As autoras afirmam que os arquivistas têm sido lentos em estudar os usos administrativos dos arquivos universitários. Elas qualificam como uso administrativo qualquer demanda direciona-

da aos arquivos para dar assistência aos administradores universitários, aos funcionários da administração, aos docentes, ou qualquer atividade ou função relacionada à missão da universidade.

Observamos, a partir de nosso trabalho na Universidade Federal Fluminense, que as pesquisas realizadas nos arquivos pelos administradores e funcionários, geralmente, são para resolver questões específicas, com começo e fim imediatos. Os documentos de arquivo em unidades de trabalho apresentam características peculiares: podem ser soluções potenciais para a resolução de problemas administrativos, assim esperam por essas demandas, ao mesmo tempo, estão em circulação, pois precisam viabilizar e mediar outras ações dos processos de trabalho. Os arquivistas necessitam elaborar meios que disponibilizem as informações de tais documentos e localizem-nos no exato momento da demanda gerada pelo administrador.

Yakel e Bost (1994) afirmam que muitos problemas administrativos nas universidades não são resolvidos pela falta de comunicação entre os arquivos e as unidades de trabalho. Segundo as autoras, isto se dá por causa da falta de gestão de documentos e da má administração da base de dados dos arquivos que não analisam os usos de sua documentação. Concluímos então que os estudos sobre o comportamento de busca dos usuários na recuperação das informações também precisam ser considerados para melhorarmos os sistemas de arquivo.

4. Indexação: processo baseado nos usos dos documentos

O arquivo como um sistema de recuperação da informação precisa basear seus procedimentos e mecanismos a partir da análise da maneira em que os pesquisadores-administradores definem as suas ações, atividades e funções em termos de assunto. Isto se dá porque os administradores têm usos particulares da informação, uma vez que, muitas vezes, eles são os próprios produtores das informações que demandam.

Yakel e Bost (1994, p. 602) evidenciam em seu estudo que os usuários administrativos possuem demandas informacionais diferentes dos usuários dos arquivos permanentes, estas estão relacionadas na execução das suas atividades, as respostas precisam ser imediatas devido as restrições administrativas de tempo no desenvolvimento dos processos de trabalho.

Por esses usos informativos dos documentos de arquivo pelos administradores é que a gestão

de documentos deve priorizar a indexação para facilitar a recuperação da informação, da mesma forma que faz com a avaliação dos documentos, visando organização dos arquivos. Os processos de trabalho precisam dos documentos que viabilizem seu trâmite e muitas vezes o conteúdo informacional contido neles. Os usos administrativos e os usos informativos dos documentos são simultâneos e intrínsecos, não devem tratados de formas isoladas nos arquivos.

A teoria arquivística dedicou-se durante um longo período aos estudos sobre organização dos arquivos e que os procedimentos adotados respeitassem os princípios da proveniência e da ordem original, ademais tais procedimentos também deveriam garantir a organicidade dos documentos de arquivo, sendo possível a recuperação do contexto. No entanto, urge pensar em processos que melhorem a recuperação dos documentos de arquivo e das informações contidas neles. Estes processos devem estar pautados nas análises dos usos dos documentos dos arquivos e nos comportamentos de busca da informação por seus usuários.

A indexação apresenta-se como processo capaz de viabilizar a recuperação dos documentos e de seus conteúdos informacionais nos protocolos e arquivos correntes universitários. De acordo com Wellisch (1995, p. 15), o documento é “um meio sobre ou em que a mensagem é registrada”. Em consequência, é na operação da indexação, mediante as etapas de análise e tradução dos documentos com base no seu uso, que as mensagens (conceitos-chave) dos documentos são atribuídas e nomeadas de forma condensada, podendo-se para isto utilizar uma linguagem documentária verbal (lista de cabeçalhos de assunto, tesaurus, etc). Entretanto, é conveniente lembrar que estas padronizações são acordos, regras instáveis, cuja eficácia está vinculada aos usos informativos que cada comunidade discursiva tem em seu micro-universo.

O processo de indexação não é uma atividade nova adotada nos arquivos. Os instrumentos de pesquisa historicamente utilizam procedimentos da indexação em seus catálogos, índices e repertórios. Em 1955, Martin já indicava a necessidade de aprimorar a padronização das entradas dos assuntos nos índices dos documentos de arquivo. A *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (Nobrade) estabelece como área de descrição, além das sete previstas na *ISAD(G)* (identificação, contextualização, estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas e controle da descrição), a área oito, nomeada de *pontos de acesso e indexação de*

assuntos, prevendo a criação de políticas de indexação, a produção de índices e vocabulários controlados. Essas abordagens sobre indexação apresentam a característica em comum de realizar representações descritivas da informação, com a padronização de catálogos, inventários e índices.

A compreensão da indexação da *Nobrade*, tal como em Borko e Bernier (1978, p.8): "processo de analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e sua expressão na linguagem do sistema de indexação", ou em Vanslype (1991, p. 137) "operação que consiste em enumerar os conceitos sobre os quais trata um documento e representá-los por meio de uma linguagem combinatória: lista de descritores livres, lista de autoridades e o thesaurus de descritores", é importante na recuperação dos documentos uma vez que está baseada em um uso documento que é o querer dizer do produtor do documento. No entanto, considerar apenas tal uso no processo de indexação é limitador e se mostra insuficiente para a recuperação da informação.

Na literatura de indexação encontramos algumas abordagens quanto ao procedimento de realização da indexação nos serviços de informação e podem ser resumidas nas seguintes perspectivas: indexação centrada no documento, indexação centrada no usuário e indexação centrada no domínio do conhecimento. Neste trabalho, gostaríamos de acentuar esta última perspectiva que foi proposta por Mai (2005). O autor sugere que uma série de questões sejam observadas no âmbito institucional e quatro dimensões consideradas no processo de indexação: análise do domínio, necessidades dos usuários, desempenho dos indexadores e análise do documento.

Segundo Blair (2003, p. 4), a recuperação da informação é, primeiramente, um processo linguístico. Precisamos descrever o que queremos e como queremos recuperar. No entanto, a descrição intelectual do conteúdo pode ser realizada erroneamente de diferentes maneiras. Por isso, é aconselhável basearmos a representação nos usos da informação, pois a probabilidade de descrevermos de forma efetiva os conteúdos dos documentos é maior. Os usos que as pessoas fazem da informação, a filosofia da linguagem e a comunicação científica tiveram um interesse secundário na recuperação da informação e tal situação se acentua no contexto arquivístico.

Neste sentido, Mai (2005), leitor de Blair, propõe uma mudança de abordagem da indexação, em vez deste processo centrar-se no documento e

em seu texto, voltar-se à análise dos usos da informação e ao comportamento de busca dos sujeitos na recuperação da informação, além da análise do domínio. De acordo com o autor, a indexação trabalha necessariamente com a função e o significado do documento alvo de análise que só podem ser definidos a partir dos usos que as pessoas fazem dele.

Os estudos *pragmáticos* relacionados à semântica nos dão importantes contribuições para trabalhar o processo de indexação. Este processo poderá ser potencializado se passarmos a baseá-lo nas práticas cotidianas, naquilo que as pessoas fazem com a informação e na análise de domínio.

Portanto, devemos reavaliar a crença na homogeneidade dos signos para elaborar índices, vocabulários controlados, linguagens documentárias. Em vez disso, devemos voltar nossas atenções para os significantes e os destinatários, mais do que pensar em significados universais, sublimados do cotidiano das unidades de informação, neste caso, dos protocolos e arquivos correntes universitários. A informação, assim como seu sentido, não possui uma essência apriorística, ela se dá em seu uso. "A informação é aquilo que pode ser considerado informativo para alguém" (Frohmann, 2001, p. 14). O que pode ser informativo para uma comunidade discursiva, em um contexto sócio-histórico, em uma instituição, não necessariamente servirá a outras comunidades em contextos distintos.

Desse modo, para se realizar o processo de indexação, que segundo Beghtol (1986), trata-se de estabelecer os assuntos dos documentos e sistematizá-los em linguagem controlada, é preciso também considerar o contexto de produção e uso da informação como apontam Silva e Fujita:

Durante a atividade de indexação e no momento de atribuir o termo que melhor represente uma palavra, o indexador deve considerar o contexto em que a palavra será usada, tomando como base, por exemplo, como os usuários interessados no documento recuperariam por "aquele" determinado termo (Silva & Fujita, 2004, p. 152)

No caso dos protocolos e arquivos correntes universitários, há particularidades nos usos da informação que carecem ser consideradas. Nos arquivos correntes, os documentos estão em função da administração, de seus próprios produtores, para servir ao trâmite dos assuntos e das ações do cotidiano. A indexação deve servir para este fim, isto é, localizar os documentos e as informações que são solicitados com o fim de

utilizar seus dados ou certificar os atos que contém (Cortés Alonso, 2011).

Em face do exposto, entendemos que o perfil de usuário no arquivo corrente é diferente do usuário do arquivo permanente. O usuário do arquivo corrente é ao mesmo tempo produtor da informação. A sua demanda informacional requer uma recuperação rápida e eficiente para a tomada de decisão, para o andamento e execução de uma atividade, para a conclusão de um ato. O não atendimento de determinada demanda informacional pode gerar algum dano na execução da atividade administrativa ou mesmo o seu impedimento.

Outra questão que deve ser analisada pelo protocolo/arquivo corrente no processo de indexação da informação de seus documentos são as estratégias de busca de seus usuários, por ser também produtor da informação, seu comportamento de pesquisa estará relacionado às configurações do documento, pois enquanto produtor, o usuário conhece o próprio alvo de sua demanda informacional.

De acordo com Smit (2011), no arquivo corrente, os documentos visam a viabilização de transações institucionais ao registrá-las. O usuário está envolvido no processo, participa de alguma forma (informacional, decisória, avaliadora etc) da instituição.

Diante desta perspectiva, a indexação nos protocolos e arquivos correntes universitários não deve estar pautada apenas na análise e síntese dos textos dos documentos. Como afirma Barité (2007), a indexação deve estar pautada na opinião especializada, ou seja, na opinião dos utilizadores do sistema de informação, além do contexto cultural, social, histórico, organizacional que as unidades de informação estão inseridas. O autor aponta que a indexação deve considerar a garantia organizacional que está relacionada aos usos e às rotinas das pessoas que trabalham e realizam atividades nas organizações de grandes dimensões. Este comportamento gera uma sublinguagem particular que inclui termos próprios que precisam ser considerados na elaboração das linguagens documentárias.

5. Considerações Finais

Destarte, procuramos registrar as primeiras impressões acerca dos processos de classificação e indexação nos protocolos e arquivos correntes universitários. No entanto, admitindo os aspectos arbitrários, restritivos e instáveis de tais processos. Devido a tais características propomos o afastamento de teorias representa-

cionistas da informação. A sublimação dos contextos da informação em prol de generalizações e padronizações causa enganos, pois naturaliza os processos de classificação e indexação como se fossem entidades superlativas e abstratas. Estas operações como formas de enquadramentos, regras e convenções somente são eficazes se estiverem em consonância com os usos dos documentos e das informações que os indivíduos fazem nas unidades de informação.

A classificação nos protocolos e arquivos correntes universitários serve para melhor compreender a própria entidade produtora, assim como as suas atividades e funções. Os documentos encontram-se nessas unidades para viabilizar ações, os processos de trabalho de seu produtor. O processo de classificação é uma tentativa da instituição entender o seu universo e suas práticas. Ele não surge para recuperar a informação, embora possa fazê-lo, no entanto, não é sua prioridade.

A indexação apresenta-se como um processo capaz de atender as necessidades de recuperação da informação nos protocolos e arquivos correntes universitários. Como processo de atribuição de assuntos dos documentos, ela deve ser baseada nos usos da informação e no comportamento de busca que os sujeitos possuem ao acessar a unidade de informação.

As universidades possuem especificidades em suas atividades que precisam ser consideradas no desenvolvimento de seus esquemas classificatórios e nas políticas de indexação como a autonomia de decisão dos colegiados, os processos de trabalho isolados nos institutos, a diversidade de missões como ensino, pesquisa e extensão, entre outras questões.

Esta investigação procurou discutir a organização e a recuperação da informação no âmbito da Arquivística e na interlocução com a Ciência da Informação. A compreensão de tais processos como a classificação e a indexação se deu a partir do mapeamento dos usos do documento e da informação nos protocolos e arquivos correntes universitários. Por fim, é oportuno destacar que esta análise parte de uma pesquisa que está sendo realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, em nível de doutorado.

Notas

- (1) Pomian cria a categoria *objetos semióforos* para estabelecer a diferença entre os objetos do uso cotidiano e aqueles que são isolados, separados

das funções para os quais foram criados a fim de serem cultuados ou servirem de testemunhos históricos. *Vf. Pomian, K. (1984). Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Casa da Moeda, 51-86.*

Referencias

- Aristóteles. (1990). *Metafísica*. (V. García Yebra, Trad.) Madrid: Editorial Gredos.
- Barité, M. (2007). La garantía literaria: vigencia y proyección teórico-metodológica. *Anais do VIII Enancib*.
- Beghtol, C. (1986). Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources & Technical Services*, 109-123.
- Bellotto, H. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV.
- Benjamin, W. (1987). Desempacotando minha biblioteca. In: W. Benjamin, *Rua de mão única* (R. R. Torres Filho, & J. C. Barbosa, Trads., pp. 227-234). São Paulo: Brasiliense.
- Blair, D. (2003). Information retrieval and philosophy of language. *Annual Review of Information and Technology*, 37(1), 3-50.
- Borko, H., & Bernier, C. (1978). *Indexing concepts and methods*. New York: Academic Press.
- Bureau of Canadian Archivists. (1993). *Rules for archival description- RAD*. Ottawa.
- Cohen, M. C., & March, J. G. (1986). *Leadership and ambiguity: the American College President*. Boston: Harvard Business School Press.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2000). *ISAD(G): norma internacional de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). (2005). *Norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Cook, M., & Procter, M. (1989). *A manual of archival description*. London: Gower.
- Cortés Alonso, V. (2008). *Archivos de España y América: materiales para un manual (vol. 2)*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España.
- Cortés Alonso, V. (2011). *Documentación y documentos*. Madrid: Anabad.
- Cruz Mundet, J. R. (1994). *Manual de arquivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Duranti, L. (1997). *I Documenti Archivistici: la gestione dell'archivio da parte dell'ente produttore*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici.
- Fogel, J. (1979). Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. *The Hague*, 4(2), 21-24.
- Foscarini, F. (2009). *Function-based records classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks*. Vancouver: University British Columbia.
- Frohmann, B. (2001). Discourse and documentation: some implications for pedagogy and. *Journal of Education for Library and Information Science*, 42(1), 12-26.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Arquivística general: teoría y práctica*. Sevilla: Disputación Provincial de Sevilla.
- Llansó Sanjuan, J. (2006). Sistemas arquivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional. *Revista Códice*, 2, 53-88.
- Mai, E. (2005). Analysis in indexing: document and domain centered approaches. *Information Processing and Management*, 41, 599-611.
- Martin, D. (1955). Use of cataloging techniques in work with records and manuscripts. *The American Archivist*, 18(4), 317-336.
- Mendo Carmona, C. (1995). El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. *Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 113-132.
- Nietzsche, F. W. (2007). *Sobre verdade e mentira no sentido extra moral*. (F. d. Barros, Trad.) São Paulo: Hedra.
- Oliveira, L. V. (2010). *Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. São Paulo: USP.
- Pret, R. L. (2013). Documento e prova: ordenamento jurídico, validações diplomáticas e a Archivística. *Informação Arquivística*, 2(2), 55-73.
- Rousseau, J., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.
- Sabourin, P. (2001). Constructing a function-based classification system: business activity structure classification system. *Archivaria*, 51, 137-154.
- Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV.
- Shera, J., & Egan, M. E. (1961). Exame atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: S. C. Bradford, *Documentação* (pp. 15-60). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Silva, M. R., & Fujita, M. S. (2004). A prática de indexação: análise da evolução. *Transinformação*, 16(2), 133-161.
- Smit, J. W. (2011). O processo comunicacional entre o arquivo e seus usuários: algumas questões de linguagem. *Anais do IV Encontro de base de dados sobre informações arquivísticas*, 40-47.
- Soergel, D. (1999). The rise of ontologies or the reinvention of classification. *Journal of the American Society of Information Science*, 50(12), 1119-1120.
- Vanslype, G. (1991). *Los lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide.
- Vickery, B. (1973). *Classification and indexing in science*. London: Butterworths.
- Wellisch, H. (1995). *Indexing from A to Z*. 2nd ed. New York: H.W. Wilson.
- Wittgenstein, L. (1999). *Investigações filosóficas*. (J. C. Bruni, Trad.) São Paulo: Nova Cultural.
- Yakel, E., & Bost, L. (1994). Understanding administrative use and users in university archives. *The American Archivist*, 56, 593-615.